



PODER

As articulações para a rejeição ao nome de Jorge Messias e a derrubada do veto ao PL da Dosimetria confirmam que o Legislativo trabalha, atualmente, em um nível de autonomia que desequilibra a relação entre os Poderes

Derrotas põem governo a reboque do Congresso

» DANANDRA ROCHA

Às vésperas da sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo lançou mão de uma estratégia que, durante muito tempo, foi bem-sucedida: acelerar a liberação de emendas parlamentares. O Palácio do Planalto empenhou cerca de R\$ 12 bilhões, mais de 58% do total previsto para o primeiro semestre. O movimento, no entanto, não foi suficiente para garantir a aprovação do indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao STF. A mensagem é clara: o Congresso opera, hoje, com um nível de autonomia que redesenhou o equilíbrio — e a harmonia — entre os Três Poderes.

Menos de 24 horas depois, o Legislativo derrubou o veto presidencial ao Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, que pode reduzir as penas de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. A sequência de reverses é a confirmação de que, com o controle do Orçamento, deputados e senadores não dependem mais do bom relacionamento com o Executivo para fazer política junto às bases. Emendas individuais, de bancada e as chamadas “emendas Pix” garantem aos parlamentares controle direto sobre recursos públicos, apesar da determinação do STF de que esse dinheiro devem ser aplicados com transparência e rastreabilidade.

Para Rudá Ricci, doutor em ciência política pela Unicamp, o fenômeno não é recente, mas atingiu o ponto mais agudo. Segundo ele, a concentração de recursos e a dependência de municípios de repasses federais abriram espaço para que parlamentares se tornassem intermediários na distribuição de investimentos. “Nos transformamos numa república dos deputados federais”, resume. Na avaliação do especialista, o processo, iniciado ainda nos primeiros governos petistas, foi aprofundado ao longo das gestões seguintes, até consolidar o

Andressa Anholette/Agência Senado



Motta e Alcolumbre atuam conforme o poder que detêm: estão com o governo ou com a oposição sempre que isso lhes interessa

cenário de fragilidade do Executivo.

Esse rearranjo institucional tem efeitos diretos sobre a governabilidade. Sem maioria sólida e diante de uma oposição organizada e em muito maior número, o governo depende cada vez mais dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para avançar pautas. Ainda assim, essas lideranças atuam calibrando apoios, nos dois polos parlamentares antagônicos, conforme interesses políticos e conjunturais.

Isso explica, também, por que o presidente do Congresso apresentou um candidato ao STF, o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), e sentiu-se contrariado quando Lula insistiu em Messias. Na articulação com os bolsonaristas, Alcolumbre uniu três fatores (e mandou três recados): maioria numérica dos opositores do Palácio do Planalto; as

projeções eleitorais a apontar que o presidente pode perder a reeleição para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ); e a força do próprio Parlamento, que tem negociado com o governo em vantagem. A isso, somou-se a falha na articulação política do Palácio do Planalto, que somente quando a derrota era certa é que se deu conta de que a correlação de forças mudou de posição — a balança, agora, pesa a favor do Congresso.

Protagonismo

Na avaliação de Roberto Beijato Júnior — advogado, professor de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em direito eleitoral —, “de maneira informal o que se observa é uma captura da agenda pública pelo Poder Legislativo, que passa a ter maior protagonismo na definição das prioridades.

O Executivo fica cada vez mais dependente dessas decisões.” Para ele, o principal risco desse arranjo está na forma como essas prioridades são estabelecidas.

“Em vez de seguir um programa de governo definido de forma transparente, a agenda passa a ser resultado de negociações de bastidores, muitas vezes orientadas por interesses que não são necessariamente públicos”, adverte. Nesse contexto, segundo ele, as emendas são uma ferramenta fundamental aos parlamentares.

Beijato frisa, porém, que as emendas não devem demonizadas. “Elas são um instrumento de democratização do orçamento, especialmente as impositivas”, defende. O problema, segundo ele, está na falta de transparência em determinados mecanismos, como ocorreu com o orçamento secreto, e no descolamento dos projetos considerados

estruturantes pelo governo.

“É um pouco exagero falar em semiparlamentarismo, porque o presidente da República tem mandato fixo e não depende de voto de confiança do Parlamento para se manter no cargo. O que se observa é que, diante da necessidade de apoio em votações, há liberação maciça de recursos. Isso acaba funcionando como uma forma institucionalizada de compra de apoio parlamentar”, avalia.

A tudo isso se soma a desvantagem do governo, seja numericamente dentro do Parlamento, seja na alta impopularidade registrada nas pesquisas. “A rejeição da indicação ao Supremo e a derrubada do veto mostram uma relação já bastante fragilizada com o Congresso. O risco, no médio e no longo prazo, é que qualquer governo — inclusive um eventual governo de oposição — acabe

sobrepujado por esse mesmo Congresso fortalecido”, alerta.

Rudá Ricci salienta que com o calendário eleitoral se aproximando, o governo passa a intensificar agendas públicas e entregas de obras que, não necessariamente, interessam a setores do Congresso, que ficariam sem poder pegar carona eleitoralmente. Um exemplo disso é o fim da jornada 6 x 1. Hugo Motta pretende acelerar a tramitação das duas propostas de emendas à Constituição que estão na comissão especial, mas isso não quer dizer que a proposta terá vida fácil. Embora uma governistas e alguns opositores, são vários os deputados contrários às duas PECs, que reproduzem as afirmações de setores do empresariado sobre os impactos na economia. Ricci reforça que pautas como essas têm o condão de manter tensa a relação entre os Poderes.



Nos transformamos numa república dos deputados federais”

Rudá Ricci, doutor em ciência política pela Unicamp



De maneira informal, o que se observa é uma captura da agenda pública pelo Legislativo”

Roberto Beijato Júnior, advogado e professor da PUC-SP

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Reverses de Lula e o fantasma da República Velha

A crise do florianismo, que pôs fim à chamada República da Espada, e a consolidação da República Oligárquica ajudam a iluminar, por contraste histórico, o momento atual da política brasileira. A dificuldade do marechal Floriano Peixoto em exercer plenamente sua autoridade sobre o sistema político — inclusive no que diz respeito à nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal —, não foi um acidente institucional, mas o sintoma de uma correlação de forças em mutação, na qual as oligarquias agrárias emergiam como poder decisivo em relação aos militares e outros setores da sociedade.

Ao assumir a Presidência após a renúncia de Deodoro da Fonseca, Floriano governou sob estado de exceção permanente, enfrentando a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Sua liderança, de caráter militar e centralizador, apoiava-se mais na força do que na mediação política. Isso enfraqueceu sua capacidade de construir uma base civil duradoura. Nesse contexto, houve o bloqueio às suas indicações para o Supremo. A Constituição de 1891 previa a participação do Senado na aprovação dos ministros, mas o que

se observou foi a crescente capacidade de veto das oligarquias regionais, sobretudo aquelas ligadas à economia cafeeira paulista e às elites agrárias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A elite agrária, organizada em torno de interesses econômicos e redes clientelistas, impôs limites concretos à autoridade presidencial. Ao não conseguir emplacar ministros no Supremo, Floriano viu-se constringido à lógica da negociação oligárquica. A eleição de Prudente de Moraes consolidou essa mudança. Primeiro presidente civil, Prudente representava a vitória do pacto entre as oligarquias regionais, que estruturariam a chamada “política dos governadores” e o sistema de alternância entre São Paulo e Minas — a “política do café com leite”.

A República deixava de ser um projeto militar e passara a ser um arranjo oligárquico, baseado no controle do voto, no mandonismo local e na captura das instituições. Os fundamentos da República Velha estavam assentados também na mediação do Congresso como espaço de barganha entre elites e a subordinação do Executivo a essas correlações de força. O presidente continuava formalmente poderoso,

mas sua autoridade dependia da capacidade de articular interesses dispersos, o que Floriano não sabia fazer.

A crise de 1929 devastou a economia brasileira, baseada no café, ao derrubar os preços internacionais e as exportações para os Estados Unidos. Contribuiu para a Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. Com forte apoio militar, Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda e governador do Rio do Grande do Sul, derrubou o governo Washington Luiz e assumiu o poder.

Correlação de forças

A rejeição da indicação de um indicado do presidente da República ao Supremo não ocorria desde Floriano. A ideia de que é fruto de escolha errada e falta de capacidade de articulação até seria suficiente para explicar os 42 votos contrários, 34 favoráveis e uma abstenção em relação a Jorge Messias. Mas o que ocorreu vai além da insatisfação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que havia sugerido o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para cargo. Lula preferiria

que fosse seu candidato a governador em Minas Gerais, porém, agora, não será nem uma coisa nem outra, até porque não quer.

Na sequência, a derrubada pelo Congresso, sob comando de Alcolumbre, dos vetos presidenciais ao projeto de lei que diminui as penas de pessoas condenadas pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de Estado, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, mostra que há algo mais profundo, assim como ocorreu com Floriano. Na Câmara dos Deputados, foram 318 votos contra o veto e 144 a favor, com cinco abstenções. No Senado, foram 49 votos pela rejeição do veto e 24 contra.

Qualquer nome que seja indicado por Lula antes das eleições, sem acordo com o Centrão, também será derrubado. Se insistir, o presidente passará pelas agruras de Floriano, que teve cinco indicados barrados pelos senadores: o médico Cândido Barata Ribeiro, os generais Evertton Quadros e Demóstenes Lobo e os advogados Innocência Galvão de Queiroz e Antônio Sève Navarro. Guardadas as proporções históricas, as duas votações revelam uma mudança de correlação de forças políticas do país.

Qualquer iniciativa que não leve isso em conta estará fadada ao fracasso. O chamado “Centrão ampliado” cumpre, hoje, papel semelhante ao das oligarquias da Primeira República: não é uma força ideologicamente coesa, mas um bloco pragmático, orientado pela lógica da sobrevivência política e da maximização de recursos. Apoio o governo enquanto isso lhe for conveniente, mas não hesita em se alinhar à oposição quando a expectativa de poder se desloca. Esse deslocamento está em curso.

O Congresso se move não apenas em função do Palácio do Planalto, mas das eleições de 2026. Há, contudo, uma diferença importante. Na República Velha, o poder oligárquico se exercia de forma relativamente estável, baseado em estruturas sociais rígidas e no controle do voto. No Brasil atual, a dinâmica é mais fluida, mediada por pesquisas de opinião, redes sociais e ciclos eleitorais mais curtos, além de uma derrama de emendas parlamentares impositivas. Ainda assim, o padrão se repete: a captura do sistema político por interesses regionais organizados, em detrimento de projetos nacionais mais amplos.